

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: Só os caminhoneiros ganham	2
Título: Nossos vizinhos ganharam na loteria?	3
Título: Indígenas afirmam temer genocídio e apoiam cacique atacado por Bolsonaro	5
Título: Vale recupera valor pré-Brumadinho 1 ano após tragédia	8
VEÍCULO: O Globo	9
Título: Oficial da Marinha é cotado para assumir comando da ANP	9
Título: Há vagas.....	10
Título: Há risco de paralisar decisões em ao menos 5 órgãos	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Alta do frete pressiona preços	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 18/01/2020**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** Só os caminhoneiros ganham

O reajuste de 11% a 15% do piso do frete rodoviário determinado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atende, mais uma vez, aos interesses de caminhoneiros. Depois dos ganhos expressivos que alcançaram com sua irresponsável greve no fim de maio de 2018, os caminhoneiros não têm hesitado em usar sua capacidade de mobilização para transformar autoridades sem coragem em reféns de suas reivindicações. Muitas dessas reivindicações, como o reajuste do frete, são atendidas, mesmo ao custo de mais um ônus para o setor produtivo e para os consumidores em geral, o que pode retardar a recuperação da economia.

A tabela do frete foi instituída em 2018 por medida provisória baixada no governo Michel Temer - e convertida em lei - depois que os caminhoneiros conseguiram interromper o fluxo de mercadorias, incluindo alimentos e combustíveis, em boa parte do País, o que transtornou o funcionamento de muitas empresas e a vida das famílias, afetando severamente o desempenho da economia. Tendo conseguido domar as autoridades uma vez, esses profissionais se sentem fortes o bastante para forçá-las a continuar atendendo a suas principais reivindicações, que não parecem ter fim.

Desde sua instituição, a tabela teve seis correções, das quais cinco resultaram em aumento do valor. A atualização é reivindicação frequente dos caminhoneiros, cuja liderança apoiou a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. Em abril do ano passado, para evitar nova paralisação, Bolsonaro, já na Presidência, anunciou um pacote de R\$ 2 bilhões que, além de investimentos na malha rodoviária, previa uma linha de financiamento para os caminhoneiros. Na ocasião, Bolsonaro chegou a dizer que barraria um aumento do diesel decidido pela Petrobrás, mas acabou recuando diante das críticas de intervencionismo na estatal e da péssima repercussão de sua iniciativa na bolsa de valores.

“O frete mínimo é uma medida paliativa”, diz agora com certo desdém o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão. “Nossa pauta sempre é a do combustível”, completou, dizendo que a categoria defende a unificação da alíquota do ICMS sobre o diesel. Trata-se, como se sabe, de um tributo de natureza estadual, razão pela qual suas alíquotas são estabelecidas pelas autoridades tributárias de cada Unidade da Federação. Parece que os caminhoneiros se julgam fortes até

para impor uma regra igual para todos os Estados, cujos interesses peculiares e discrepantes entre si têm sido o principal obstáculo para a definição de uma reforma tributária abrangente, como a de que o País necessita.

O tabelamento do frete rodoviário tem sua constitucionalidade contestada em três ações propostas no Supremo Tribunal Federal (STF) por entidades do setor privado. Seu julgamento depende do relator das ações na Corte, ministro Luiz Fux. Em agosto do ano passado, atendendo a pedido da Advocacia-Geral da União (A-GU), Fux requereu a retirada do tema da pauta do STF. Na época, o governo negociava com os caminhoneiros uma medida alternativa ao tabelamento. O julgamento das ações está previsto para o próximo mês.

Para entidades empresariais que questionam o tabelamento, a medida viola os princípios da livre concorrência e gera insegurança jurídica. Parecer do Ministério da Economia enviado ao ministro Luiz Fux há um ano classifica os caminhoneiros que participaram da greve de 2018 como “conspiradores” e pede que eles sejam punidos criminal e administrativamente. Embora reconheça que a situação pela qual passou o País durante a greve “colocou as autoridades públicas sem alternativa senão atender às demandas do movimento grevista”, o parecer diz que os caminhoneiros, ao abusarem do direito de greve, conspiraram de forma anticompetitiva. Acrescenta que a fixação de preço, a instituição da reserva de mercado e a participação dos interessados na definição de preços são fatores que institucionalizam um cartel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Roberto Simon

Título: Nossos vizinhos ganharam na loteria?

Petróleo na Guiana e, agora, no Suriname pode mudar a geopolítica regional

Diretor sênior de política do Council of the Américas e mestre em políticas públicas pela Universidade Harvard e em relações internacionais pela Unesp Pouca gente no Brasil notou o anúncio das petroleiras Total e Apache, na semana passada. Uma joint venture entre as empresas fez uma “descoberta significativa de petróleo” na costa do Suriname — nosso vizinho esquecido, fronteiro a Pará e Amapá. A reserva pode ter centenas de milhões de barris de óleo, além de mais de 1 trilhão de metros cúbicos de gás, segundo a consultoria Wood Mackenzie.

O valor econômico da descoberta ainda é altamente incerto. Entre encontrar, extrair e comercializar os hidrocarbonetos, o percurso é longo. Mas há uma

possibilidade real de nosso vizinho ao norte (cuja população é menor do que a de Sorocaba) viver um boom petroleiro nos próximos anos.

O Suriname não seria o único. A reserva de petróleo encontrada aparentemente integra a mesma formação geológica que transformou a Guiana no novo xodó da indústria de energia. A produção de petróleo guianense começou no mês passado e, segundo o FMI, fará o PIB do país saltar 86% em 2020. Estima-se que, até 2025, a Guiana (com menos habitantes do que João Pessoa) produzirá mais petróleo do que a Venezuela.

Caso se concretize, a emergência, na nossa fronteira norte, de pequenos Estados sentados sobre enormes reservas de óleo e gás será uma das maiores transformações geopolíticas na vizinhança em décadas.

Há várias oportunidades diretas ao Brasil. A indústria nacional pode fornecer parte dos equipamentos para produção de óleo e gás. Uma integração energética com a Guiana poderia reduzir o isolamento de Roraima, hoje fora da rede elétrica brasileira e dependente da Venezuela. A prosperidade dos vizinhos poderia impulsionar economias do norte do país.

Mas há, também, riscos assustadores —por exemplo, um vazamento de óleo na costa da Amazônia. E, como em tantos outros casos mundo afora, a maldição do petróleo pode, a longo prazo, tornar esses países ainda mais pobres e politicamente instáveis.

Com ajuda de agências multilaterais, a Guiana tenta criar do zero um marco regulatório, incluindo um fundo soberano, para evitar que o setor petroleiro valorize o câmbio e destrua o restante da economia (a chamada “doença holandesa”).

No Suriname o jogo é outro: corrupção endêmica. O presidente Dési Bouterse já foi condenado na Holanda a 11 anos de prisão por traficar quase meia tonelada de cocaína. Um de seus filhos está preso nos EUA desde 2015 —além de traficar drogas, Dino Bouterse tentou vender ao Hizbullah uma base de operações no Suriname por US\$ 2 milhões.

Dési Bouterse é velho conhecido do Brasil. Seu primeiro governo começou em 1980, quando ele, sargento do Exército, liderou um golpe e aproximou o Suriname de Cuba e da Líbia. A Casa Branca de Ronald Reagan se alarmou com o risco de “cubanização” do país e passou a pressionar o governo João Figueiredo a agir, na base do se-você-não-resolver-resolvo-eu.

Com diplomacia de bastidores, o chanceler de Figueiredo, Ramiro Saraiva Guerreiro, começou a desarmar a crise e, em 1983, o general Danilo Venturini,

emissário do presidente, desembarcou no Suriname com um pacote de bondades. Bouterse se “descubaniu” na hora.

Meses depois, Reagan invadiu Granada, no Caribe, em nome da luta contra o comunismo.

A “missão Venturini” foi uma vitória silenciosa, mostra de como o Brasil pode ter um papel estabilizador no jogo geopolítico na fronteira norte. Isso, porém, exige diplomacia e visão estratégica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/01/2020

Seção: Poder

Autor: Rubens Valente e Bruno Santos

Título: Indígenas afirmam temer genocídio e apoiam cacique atacado por Bolsonaro

Manifesto lido em encontro de etnias defende Raoni e rechaça projeto de mineração em terra protegida

TERRA INDÍGENA CAPOTO-JARINA (MT)- Rodeado por caciques caiapós, Raoni estica a borduna na “casa dos guerreiros”, uma construção de madeira com telhado de palha e chão batido na aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Capoto-Jarina, em Mato Grosso.

Ele discursa ao microfone: “Homem que se chama Bolsonaro, aproveita seu mandato porque minha luta é de uma vida inteira”.

Nesta semana, o cacique reuniu por cinco dias cerca de 600 indígenas de 45 etnias diferentes na aldeia caiapó, perto do rio Xingu, para defender a união do movimento indígena contra as políticas de Bolsonaro.

Em manifesto lido nesta sexta-feira (17) ao final do evento, os indígenas afirmaram que está em curso “um projeto político do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio” e rechaçaram projeto de lei formatado pelo governo para permitir mineração e outros empreendimentos mesmo sem a aprovação dos indígenas — o texto ainda será enviado ao Congresso Nacional.

O texto lido no encontro em Mato Grosso diz que o governo está atacando os indígenas, “querendo tirar a terra das nossas mãos”.

“Nós não aceitamos garimpo, mineração e arrendamento em nossas terras, não aceitamos madeireiros, pescadores ilegais, hidrelétricas, somos contra tudo aquilo que destrói nossas florestas e nossos rios. Escrevemos esse documento

como um grito, para que nós povos indígenas possamos ser escutados pelos três Poderes da República, pela sociedade e pela comunidade internacional”, diz o manifesto lido no evento.

Aversão final do documento estava sendo revisada pelos caciques na noite desta sexta e não havia sido divulgada até a publicação deste texto.

O encontro também foi uma demonstração de força de Raoni, várias vezes citado por lideranças jovens e idosas como o mais importante representante dos indígenas do país.

Bolsonaro afirmou que Raoni não representa os índios do país e passou a inflar outros nomes sem histórico no movimento indígena.

Ao mesmo tempo, o governo esvazia, segundo os índios, a saúde indígena e a Funai (Fundação Nacional do índio).

Na aldeia Piaraçu, as lideranças indígenas reunidas por Raoni — incluindo Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Alessandra Munduruku — discutiram reação à política bolsonarista.

Coube ao sobrinho de Raoni, Megaron Txucarramãe, dar o tom dos próximos passos dos caiapós.

“Nós temos que reforçar, temos que impedir esse projeto [da mineração]. [...] Preparar flecha, vamos preparar porque ele [Bolsonaro] vai querer botar Força Nacional, vai querer botar Polícia Federal, vai botar polícia para jogar pimenta na nossa cara. Mas temos que ir preparados.”

O enáuenê-nauê Kawaii Koll exortou a platéia: “Vamos nos preparar, vamos fazer flechas, bordunas. Bolsonaro acha que índio é criança”.

Em uma entrevista a jornalistas, contudo, Raoni procurou abrandar o discurso.

“Esse encontro não é para planejar uma guerra, um conflito. Estamos aqui para defender nosso povo, nossa causa, nossa terra. Eu quero pedir mais uma vez que o ‘homem branco’ nos deixe viver em paz, sem conflito, sem problema. Eu nunca faria um encontro para atacar alguém. Estamos reunidos aqui para nos defender”, disse o caiapó, em tradução de Megaron.

Na quarta (15), durante o encontro, Raoni anunciou uma aliança com o movimento extrativista do Acre, posando para imagens ao lado de uma das filhas do líder ambientalista Chico Mendes, assassinado em 1989,

Angela Mendes, e de Sônia Guajajara, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Em oposição a Raoni, a presidência da Funai, ocupada hoje por um delegado da Polícia Federal, decidiu desprezar o evento, ao não enviar nenhum representante e depois dizer, numa rede social, que o encontro era uma iniciativa “totalmente privada”, sem esclarecer que o governo comparece fóruns de agropecuaristas e industriais.

A Folha, Raoni disse que procurou pessoalmente, em Brasília, o órgão responsável pela política indigenista: “Eu tentei falar com o presidente da Funai e, como era período de recesso, então eu não consegui e fui ter contato com o assessor substituto dele para que comparecesse aqui nesse evento. Mas até agora não tive resposta e não tive presença dele nesse evento”.

Na lista dos problemas apontados pelos indígenas apareceu com destaque o risco de divisão do movimento indígena a partir da cooptação de lideranças pelo governo e por mineradoras, garimpeiros e arrendatários de terras indígenas.

“Infelizmente a gente sabe que tem muitas pessoas que se levantam se dizendo lideranças e que acabam se vendendo para o governo. [...] Ficam querendo desarticular todas as ações, toda a organização que esses líderes conquistaram durante todo esse tempo”, disse o cacique caiapó Oro Mekragnotire, da Associação Florestas Protegidas.

Kaiulu Yawalapiti, presidente da Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas, disse que é “bonito ver o discurso de união dos indígenas”, mas pediu que seja colocado em prática.

“Ultimamente estou vendo muita desunião dos povos indígenas dentro e fora do Brasil. Hoje éramos para estar muito fortes, hoje temos os jovens esclarecidos. Por que estamos fracos, por que será?”

O cacique BepdjáKayapó, de São Félix do Xingu (PA), afirmou que cinco aldeias não quiseram enviar representantes ao encontro promovido por Raoni “porque estão mexendo com ouro, madeira. Eu fico triste. O dinheiro faz a cabeça das lideranças. Não podemos deixar o ‘kubên’ [não indígena] nos comprar. Precisamos nos unir nesse momento”.

Outra preocupação levantada foi a degradação do atendimento à saúde indígena nas aldeias. Logo após a eleição de 2018, Cuba retirou seus médicos do interior do Brasil em resposta à escalada retórica de Bolsonaro contra o programa Mais Médicos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 18/01/2020****Seção: Mercado****Autor: Júlia Moura****Título: Vale recupera valor pré-Brumadinho 1 ano após tragédia**

São Paulo- Cerca de um ano após a tragédia em Brumadinho, a Vale recuperou o valor de mercado que tinha antes do rompimento da barragem em Minas Gerais, em 25 de janeiro de 2019.

Com dados econômicos positivos da China, seu principal importador, as ações da mineradora registraram alta de 3,3% nesta sexta-feira (14) e chegaram a R\$ 57, valor acima dos R\$ 56,15 registrados no pregão anterior à tragédia.

O valor de mercado da companhia foi a R\$ 301 bilhões, R\$ 5 bilhões a mais do registrado pré-Brumadinho.

Logo após o rompimento da barragem de rejeitos na mina do Córrego do Feijão, os papéis da mineradora foram a R\$ 42,38, queda de 24,5% no pregão e uma perda de R\$ 72 bilhões em valor de mercado em um único dia.

O número oficial de mortos da tragédia é de 255, e 15 pessoas ainda são dadas como desaparecidas.

A valorização da Vale é fruto do otimismo do mercado com a empresa e com o setor. A China, maior importador do minério de ferro brasileiro, assinou na quarta (15) a fase 1 do acordo comercial com os EUA, o que deve acelerar sua economia e aumentar a importação de minério de ferro da Vale.

O preço da matéria-prima também deve subir em 2020, segundo relatório do Credit Suisse. O documento argumenta que os estoques da China terminaram 2019 em níveis muito baixos e que isso, ao lado do Ano-Novo chinês mais cedo, sugere que a produção de aço deve crescer rápido no primeiro trimestre.

O banco também cita planos de investimento em infraestrutura da China, além de oferta ainda reduzida da commodity, com os estoques dos portos nos níveis mais baixos desde setembro e com os embarques do Brasil e da Austrália caindo com o início da temporada chuvosa em ambos.

Do lado corporativo, o Bradesco BBI recomendou compra das ações da Vale na segunda (13), indicando que a empresa é uma “subestimada máquina de fazer dinheiro em modo de diminuição de riscos”, o que levou os papéis a subir 3,6% na ocasião. O Bradesco é um dos maiores acionistas da empresa.

Segundo estimativas da Vale, foram desembolsados com reparação, indenizações e despesas pelo desastre em Brumadinho US\$ 1,6 bilhão (R\$ 6,55 bilhões) em 2019. Tal valor é menor que a quantia a ser distribuída acionistas de R\$ 7,25 bilhões, na forma de juros sobre capital próprio, referentes ao ano de 2019.

A provisão total relacionada a Brumadinho até 2031 é de US\$ 8 bilhões (R\$ 33 bilhões), valor que inclui a descaracterização de nove barragens.

Nos dois trimestres que se seguiram ao desastre, a companhia reportou prejuízos líquidos de R\$ 6,78 bilhões no total. No terceiro trimestre, a Vale voltou a registrar lucro, de R\$ 6,5 bilhões, um resultado 13,7% superior ao registrado no mesmo período de 2018.

A tragédia em Brumadinho afetou a produção de minério de ferro da companhia e afetou a indústria brasileira, com impacto negativo no PIB.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/01/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Oficial da Marinha é cotado para assumir comando da ANP

Contra-almirante José Roberto Bueno é chefe de gabinete do Ministério de Minas e Energia e substituiria Décio Oddone

Com a saída antecipada em quase um ano de Décio Oddone da diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), um dos nomes mais cotados para sucedê-lo no cargo é o de um militar. Segundo uma fonte do governo, o contra-almirante José Roberto Bueno Junior, que desde o ano passado é chefe de gabinete do Ministério de Minas e Energia, vem sendo cogitado desde dezembro, quando Oddone teria expressado sua vontade de deixar a ANP.

Assim como o contra-almirante Bueno, o titular da pasta de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, também veio da Marinha. Bueno ingressou na Força em 1973 e foi comandante da frota de submarinos e adido militar nos EUA.

O nome de Bueno também circula nos corredores da ANP, no Rio, mas não é unanimidade no corpo técnico. O perfil é diferente do de Oddone, engenheiro que teve longa carreira na Petrobras e atuou em outras empresas, como a petroquímica Braskem, antes de assumir a agência.

O governo, no entanto, dá sinais de que prefere um nome sem ligação com a estatal.

— Bueno é um dos nomes na mesa, mas não é o do corpo técnico da ANP. Haverá ainda muita discussão sobre isso. O ministro (da Economia) Paulo Guedes pode ainda sugerir alguém de mercado, mas o ideal é ter alguém que nunca tenha sido da Petrobras — disse a fonte do governo.

O mandato de Oddone na ANP, que é de quatro anos, só acabaria em dezembro deste ano. Mas, na última quarta-feira, ele enviou uma carta ao presidente Jair Bolsonaro e a Albuquerque pedindo sua saída antecipada. Concordou em ficar até a definição de um substituto, o que o ministro previu para fevereiro. O escolhido precisa do aval do Senado para assumir a agência.

O governo também vai indicar um substituto para Aurélio Cesar Nogueira Amaral, um dos diretores da ANP, cujo mandato termina em março. Em dezembro, será a vez de o diretor Felipe Kury deixar o órgão. No total, a diretoria da ANP tem cinco membros, incluindo o diretor-geral.

De acordo com a lei 13.848, de 2019, as agências reguladoras não podem ter cargos vagos em sua diretoria. Por isso, são obrigadas a encaminhar uma lista tríplice à Presidência da República com nomes para assumir temporariamente essas posições em um prazo de até seis meses. Os candidatos, sugeridos pela própria ANP, precisam ser superintendentes ou gerentes-gerais do órgão.

O GLOBO teve acesso às listas tríplices enviadas ao governo para as vagas que serão abertas na diretoria este ano. José Gutman, Jefferson Paranhos Santos e Heloisa Borges Bastos Esteves são os indicados para assumir temporariamente a vaga de Aurélio Amaral. Para a segunda vaga, ocupada até dezembro por Felipe Kury, concorrem Marcelo Paiva de Castilho Carneiro, Claudio Jorge Martins de Souza e Carlos Orlando Enrique da Silva. E para a terceira, que seria ocupada por Oddone até dezembro, foram indicados Raphael Neves Moura, Marina Abelha Ferreira e Luiz Henrique de Oliveira Bispo. Todos são funcionários da ANP.

— Como são candidatos para assumir uma vaga de forma temporária, eles podem nem assumir a função, se o governo nomear o representante definitivo antes disso, que ainda precisa ser aprovado no Congresso — explicou outra fonte.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/01/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Há vagas

Bolsonaro poderá indicar 22 nomes para diretorias até o fim do ano

O presidente Jair Bolsonaro poderá indicar 22 nomes para assumir diretorias das agências reguladoras até o fim de 2020, como antecipou o colunista do GLOBO Ancelmo Gois. O ano começa com seis vagas abertas, e outras 16 cadeiras ficarão disponíveis ao longo dos próximos meses. Entre os postos estarão o de presidente de quatro órgãos reguladores. Nesta semana, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, se antecipou e decidiu deixar o cargo antes do previsto. Também estarão disponíveis as vagas de presidentes das agências de Transportes Terrestres (ANTT), Aviação Civil (Anac) e Transportes Aquaviários (Antaq).

As agências são responsáveis por controlar a qualidade dos serviços prestados à população nos seus segmentos de atuação, como energia elétrica, telecomunicações, petróleo, rodovias, ferrovias e aeroportos. Elas definem regras para exploração da atividade por parte da iniciativa privada em setores que representam quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB), participam da elaboração de editais de licitação, firmam e fiscalizam contratos.

Bolsonaro disse nesta semana que irá obedecer a critérios técnicos nas nomeações as quais terá direito. Afirmou, porém, que as agências são importantes, autônomas, “mas não são soberanas”. O presidente esteve envolvido numa polêmica, nos últimos dias, quando pressionou a Agência Nacional de Energia elétrica (Aneel) contra uma proposta para reduzir subsídios a quem gera sua própria energia — o que ocorre principalmente por meio de painéis solares.

INDICAÇÃO DE TÉCNICOS

Os diretores são nomeados pelo presidente da República, passam por sabatina e precisam ter a indicação aprovada pelo Senado. Os mandatos de diretor são fixos. A nova lei das agências reguladoras, aprovada no ano passado, estabeleceu a duração de cinco anos para os mandatos e vetou a recondução para os cargos, prática comum até então.

Pesquisador das relações entre setor público e privado, Sérgio Lazzarini, professor do Insper, de São Paulo, diz que o presidente precisa seguir critérios técnicos, como manda a lei das agências, e indicar pessoas com extrema reputação e conhecimento para as vagas às quais terão direito.

— O ambiente regulatório independente é feito justamente para contestar o governante do poder, que segue preceitos políticos. As pessoas das agências são o anteparo, definem critérios que interessam vários governos —afirmou.

Para Lazzarini, uma agência reguladora pode ser um grande problema para o Executivo e o Legislativo:

— Os governos têm interesse em botar uma pessoa fraca ou informalmente aliada. A tendência é colocar alguém para baixar a cabeça. Do lado do Legislativo, o interesse é em colocar afiliado político, mas na linha do cabide de emprego. Aí fica essa briga ad aeternum. É uma situação muito difícil.

Bolsonaro vetou, na nova lei das agências, o artigo que previa a escolha de dirigentes dos órgãos por meio de um procedimento de seleção pública e formação de lista tríplice. Ele chegou a dizer que o Congresso queria torná-lo uma “rainha da Inglaterra” ao retirar sua atribuição.

Dentro do governo, o Ministério da Economia está trabalhando para que os indicados sejam técnicos. Integrantes da pasta entendem que a composição das agências é fundamental na percepção de investidores sobre a segurança jurídica do país. Mas o nome chega ao presidente por meio do ministério ao qual está ligado o órgão.

No ano passado, a Anac passou por um vaivém com duas indicações, diante de uma queda de braço entre o governo e o grupo ligado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que queria emplacar nomes do órgão. Bolsonaro indicou os servidores Ricardo Catanant e Thiago Costa Caldeira para duas vagas em outubro, depois retirou as nomeações. Em novembro, indicou novamente.

O Senado, até agora, porém, sequer leu os nomes do governo. Além dessas duas indicações, já feitas, outras duas vagas serão abertas na Anac em março. Com isso, Bolsonaro irá alterar totalmente a composição do órgão. Todas serão encaminhadas pelo Ministério da Infraestrutura.

REDUTOS DE PARTIDOS

Na ANP, a saída antecipada de Oddone vai obrigar o governo a escolher primeiro o novo diretor-geral do órgão, o que só estava previsto para ocorrer no fim do ano. Com direito a mais duas indicações neste ano, o governo Bolsonaro irá mudar a gestão da ANP, num momento de transformações no setor de óleo e gás. O órgão já chegou a ter forte influência do PCdoB, mas agora é visto como composto por nomes técnicos.

Duas agências alvos de críticas internas do governo e de empresas dos setores, a Antaq e a ANTT também trocarão de comando em 2020. O Ministério da Infraestrutura chegou a confirmar que estudava fundir os dois órgãos numa agência de transportes. Depois, recuou. Tradicionalmente, essas agências eram compostas por nomes indicados pelo PL, antigo PR.

Na Anatel, o presidente já fez a indicação para a vaga aberta, mas ela ainda não foi analisada pelo Senado. Outra cadeira está disponível no fim do ano. O órgão

vai ser fundamental no processo do leilão e da implementação do 5G — a quinta geração de telefonia celular — no Brasil.

Ex-diretor da Aneel, Paulo Pedrosa afirma que os investidores precisam de garantias de que nenhum presidente fará intervenções em agências reguladoras, ao lidar com contratos de longo prazo.

— Uma agência reguladora depende muito da visão de independência e estabilidade para adotar boas políticas públicas. O funcionamento dela depende de boa governança e de boas pessoas. A boa governança está na transparência do processo decisório, em reuniões públicas, na contestação pelos agentes — disse Pedrosa.

Ele ressalta que uma agência existe para dar equilíbrio entre poder público, consumidores e empresas:

— E o equilíbrio muitas vezes é desagradar. É por isso que o diretor precisa ter autonomia e independência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/01/2020

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Há risco de paralisar decisões em ao menos 5 órgãos

Anac, ANP, ANS, Anvisa e Antaq podem ficar sem quórum suficiente para reuniões de diretoria sem a escolha de novos integrantes

O governo vai ter que se apressar nas nomeações para as vagas nas agências reguladoras se não quiser ver órgãos importantes completamente paralisados. São agências que podem ficar sem quórum mínimo para reuniões da diretoria, o que acarreta o risco de paralisar decisões relevantes.

A situação pode acontecer na Anac, ANP, ANS (Saúde Suplementar), Anvisa (Vigilância Sanitária) e Antaq. Hoje, apesar das vagas abertas, apenas a Ancine não tem quórum mínimo para reuniões. As nomeações ainda precisam passar pelo Senado. Alvo de constantes críticas do governo Jair Bolsonaro, a diretoria da agência reguladora está desfalcada desde fevereiro de 2019, quando a ex-diretora Mariana Ribas deixou o cargo para assumir a Secretaria de Cultura do Rio.

Na Anac, por exemplo, que espera a apreciação de dois nomes pelo Senado, outras duas cadeiras — incluindo a de diretor-presidente — estarão disponíveis

em março. Se, até lá, essa situação não for resolvida, o órgão pode ter suas decisões prejudicadas.

Outra indicação pendente no Senado é a de Carlos Baigorri para a Anatel. Na Antaq, que tem três diretores, já há uma vaga e o diretor-geral, Mário Povia, deixa o cargo em fevereiro.

Fernando Franco, presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), cobra do governo maior diálogo com os órgãos e respeito às decisões.

— O objetivo primordial das agências é a proteção dos interesses dos usuários e dos prestadores de serviços, em sintonia com a política pública. Toda decisão regulatória deve ser reforçada no equilíbrio dos interesses das partes envolvidas. Ou seja, precisamos de maior compreensão, principalmente por parte daqueles que criticam essas decisões sem uma visão da complexidade do processo regulatório —disse ele.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/01/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Alta do frete pressiona preços

Questionado pelo agronegócio e pela equipe econômica, o piso mínimo do frete foi reajustado entre 11% e 15%, conforme a categoria de transporte, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Visto como um ganho pelos caminhoneiros, o aumento dos custos de transporte pode provocar alta dos preços de mercadorias. “O reajuste da tabela de frete deve ter reflexo imediato nos eletroeletrônicos”, avaliou José Jorge do Nascimento, presidente da Eletros, associação que reúne a indústria do setor. Ronaldo dos Santos, presidente da Associação Paulista de Supermercados, disse que a elevação acabará sendo repassada para os preços nas lojas.

Apesar de elogiarem o reajuste da tabela, lideranças dos caminhoneiros dizem que a medida não é suficiente e que o objetivo do setor é a redução do valor do diesel. O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido como Chorão, afirmou que a expectativa da categoria era de que o reajuste fosse de 15% a 18%. “Não vejo o percentual como negativo. A resolução da ANTT contemplou 12 segmentos e adicionou cargas pressurizadas e contêineres, que antes não estavam incluídas”, afirmou.

No entanto, as preocupações da categoria, segundo ele, se voltam para o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para 19 de fevereiro, e para o preço do combustível. “As Adins avaliam a constitucionalidade de tabela de frete. Mas, para nós, não é tabelamento, é piso mínimo, como o salário mínimo”, justificou. “Qualquer valor acima do mínimo é negociável.”

Segundo Chorão, a categoria quer a garantia de que a lei será cumprida, por isso exige a criação do Documento de Transporte Eletrônico (DTE). O instrumento facilitaria a fiscalização do cumprimento do piso mínimo. A pauta mais importante, no entanto, é a redução do preço do combustível. “Estamos tentando buscar apoio com todos os segmentos e com os governadores para reduzir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nos estados. Estamos batendo firme nisso, porque essa pauta é também do presidente (Jair Bolsonaro)”, destacou. “Há muita coisa para andar ainda. O que a gente precisa é da união da categoria.”

Proteção

A mudança no sistema tributário estadual é defendida por Bolsonaro, que afirmou diversas vezes que a mudança poderia proteger o preço do óleo diesel no mercado interno da volatilidade internacional. Os combustíveis estão sujeitos às flutuações do dólar e das cotações do barril de petróleo. O governo também estuda a criação de um fundo com recursos excedentes de royalties e participações especiais que a União recebe das empresas exploradoras de petróleo para ser usado como forma de blindar o valor dos combustíveis da volatilidade do mercado. A proposta deve ser apresentada em março.

Já o frete mínimo não encontra apoio no Executivo, tampouco no mercado. O Ministério da Economia é contra qualquer tipo de tabelamento e o agronegócio também. Porém, as novas regras estabelecidas pela ANTT incluem a obrigação do pagamento do chamado frete-retorno para os caminhoneiros, a cobrança do valor das diárias e despesas como parada e alimentação. A resolução entra em vigor na próxima segunda-feira.

MME / ASCOM .